

---

## **Outra Legislação de interesse económico e financeiro**

### **CPPT – venda de bens penhorados em processo de execução fiscal**

[Portaria n.º 219/2011. D.R. n.º 106, Série I de 2011-06-01](#)

#### **Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na realização da venda de bens penhorados em processo de execução fiscal de venda judicial na modalidade de leilão electrónico.

### **Agências de viagens – fundo de garantia**

[Portaria n.º 224/2011. D.R. n.º 108, Série I de 2011-06-03](#)

#### **Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**

Aprova o Regulamento do Fundo de Garantia de Viagens e Turismo.

### **Regime jurídico de ingresso e permanência na actividade de construção**

[Decreto-Lei n.º 69/2011. D.R. n.º 114, Série I de 2011-06-15](#)

#### **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Simplifica os regimes de acesso e exercício das actividades de construção, mediação e angariação imobiliária e altera a Lei Orgânica do InCI, I. P., aprovada pelo [Decreto-Lei n.º 144/2007](#), de 27 de Abril.

### **Relação de decretos-lei que não se encontram em vigor**

[Decreto-Lei n.º 70/2011. D.R. n.º 115, Série I de 2011-06-16](#)

#### **Presidência do Conselho de Ministros**

Determina, de forma expressa, no âmbito do programa SIMPLEGIS, que certos decretos-leis não se encontram em vigor, em razão de caducidade, revogação tácita anterior ou revogação efectuada pelo presente decreto-lei.

### **Tipografias autorizadas**

#### **Declaração nº 174/2011, DR nº 122, Série II de 28-06-11**

Ministério das Finanças e da Administração Pública – Direcção Geral dos Impostos

Tipografias autorizadas a imprimir facturas e outros documentos de transporte.

#### **Declaração nº 180/2011, DR nº 124, Série II de 30-06-11**

Ministério das Finanças e da Administração Pública – Direcção Geral dos Impostos.

Tipografia à qual foi revogada a autorização para impressão de facturas e outros documentos de transporte.

### **Medidas de combate ao branqueamento/Financiamento do terrorismo**

Regulamento nº 282/2011, de 6 de Maio, DR nº 88, II Serie, de 2011-05-06

Regulamenta os deveres previstos na Lei nº 25/2008 de 5 Junho e revoga o Regulamento nº 79/2010 de 13 de Janeiro.

### **Regimes jurídicos na área dos resíduos**

[Decreto-Lei n.º 73/2011. D.R. n.º 116, Série I de 2011-06-17](#)

#### **Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 178/2006](#), de 5 de Setembro, transpõe a Directiva n.º [2008/98/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos.

### **Programas operacionais**

[Decreto-Lei n.º 66/2011. D.R. n.º 106, Série I de 2011-06-01](#)

#### **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**

Estabelece as regras a que deve obedecer a realização de estágios profissionais extracurriculares, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 146.º da [Lei n.º 55-A/2010](#), de 31 de Dezembro.

[Portaria n.º 228/2011. D.R. n.º 112, Série I de 2011-06-09](#)

**Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

Altera vários regulamentos de aplicação das medidas do PRODER.

[Decreto-Lei n.º 76/2011. D.R. n.º 117, Série I de 2011-06-20](#)

**Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**

Cria uma via rápida para investimentos nos sectores de bens que podem ser exportados para projectos superiores a 10 milhões de euros e 25 milhões de euros, concretizando a Iniciativa para a Competitividade e Emprego, aprovada pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-B/2010](#), de 27 de Dezembro.

**NOTÍCIAS**

Comunicado de imprensa do Ministério das Finanças 17/06/11 - O Estado Português concluiu o processo de assinatura do Acordo sobre a Troca de Informações em Matéria Fiscal com o Governo de Anguila.

Comunicado de imprensa do Ministério das Finanças 20/06/11 – O Ministério das Finanças e da Administração Pública concluiu com as autoridades do Vietname um processo de negociação de uma convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento.

Comunicado de imprensa do Ministério das Finanças 20/06/2011 – A Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau concluiu o processo de ratificação da Convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento com Portugal, permitindo assim a entrada em vigor da referida convenção.

Comunicado de imprensa do Ministério das Finanças 20/06/2011 - O Ministério das Finanças e da Administração Pública concluiu com as autoridades do Japão um processo de negociação de uma convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento.